

Márcio Moreira Alves

■ DE BRASÍLIA



Quarta-feira decisiva

O Congresso começa hoje a votar sobre os assuntos mais importantes que lhe foram encaminhados desde o impeachment de Fernando Collor de Mello. Em primeiro lugar na lista de prioridades estão as duas medidas provisórias sobre impostos, enviadas pelo Governo no fim do ano. Não poderão ser aplicadas este ano caso não sejam aprovadas até a sexta-feira 28, dia de Santo Tomás de Aquino, inventor da lógica e também da ética moderna. Em Brasília, tanto uma como a outra andam em baixa. O Mestre Angélico vai ter de fazer milagres. Por exemplo: uma das MPs prevê que quem ganha acima de dez mil dólares mensais deve pagar de imposto de renda 35% sobre a parcela que ultrapassar essa imponente quantia. O deputado Francisco Dornelles, que conhece como ninguém os haveres das classes dominantes, por ter sido muitos anos chefe da Receita Federal, acha que o imposto afetará, no máximo, umas dez mil pessoas. A maior parte das altas rendas é compatibilizada através de pessoas jurídicas. Dornelles concorda que a aprovação da medida, embora pouco represente como ingressos para o Tesouro, sinalizaria para a plebe ignara, que ganha salário-mínimo, a intenção dos muito ricos de contribuir com alguns tostões para diminuir as diferenças sociais. No entanto, acha que a proposta não passa. As bancadas conservadoras temem que os 35% sejam estendidos a outras faixas de renda.

Os membros da equipe econômica estão otimistas quanto à aprovação do seu plano, não da forma como foi apresentado, mas com os resultados financeiros que buscavam. As negociações seguem intensas, ao redor de contas de chegar. Se não se cortam as transferências para estados e municípios, proposta que depende de emenda à Constituição e é rejeitada pela maioria dos parlamentares, tira-se dinheiro de onde? Luís Roberto Ponte (PMDB-RG), Gonzaga Mota (PMDB-CE), Israel Pinheiro Filho (PRS-MG) e alguns outros negociam intensamente

com o Governo no âmbito da comissão mista e esperam ter o respaldo das lideranças majoritárias em plenário. A opinião geral é que a sorte dessas MPs, e dos demais componentes do plano FHC2, dependerá do quorum que se obtiver hoje e na próxima quarta-feira. Quanto maior for o número de parlamentares em Brasília, maiores serão as chances de aprovação.

Para o início da revisão da Constituição, o relator Nelson Jobim adotou a teoria do beijo na namorada: difícil é dar o primeiro. Daí que dará prioridade aos temas políticos e, entre eles, os que os sub-relatores e ele próprio consideram consensuais. Consensual, pensam, é a limitação das imunidades parlamentares ao exercício do direito de opinião, ou seja, por palavras, proferidas ou escritas, dentro ou fora do Congresso, e por pareceres e votos. Com isso, a compra de mandatos por criminosos comuns, desejosos de se livrarem de processos, como em entrevista na volta da Tailândia PC Farias declarou pretender, se tornaria inútil. Talvez estejam otimistas demais. Na verdade, qualquer alteração na Constituição é polêmica. Mas a revisão vai começar mesmo, apesar da oposição dos contra.

Finalmente, na sexta-feira começa a votação do relatório da CPI do Orçamento. Alguns nomes, citados nos relatórios das quatro subcomissões, serão mandados sem problemas para a guilhotina. Outros provocarão debates violentos. Alguns sairão com um imerecido certificado de bons antecedentes.

Terá, com isso, o Congresso se livrado de todos os seus larápios? Claro que não. O fato de conservarem os seus mandatos significa que a CPI acabará em pizza? Também não. Significa que a CPI foi até os limites possíveis dentro das suas atribuições e, mais importante, que um dos poderes da República foi capaz de cortar na própria carne, bom exemplo para o Executivo e, sobretudo, para o Judiciário. Já é um grande avanço no país da impunidade.